

notícias

forestis

associação florestal de portugal



Notícias Forestis · nº 2 · janeiro 2009 · 5€

destaque

Especialistas debatem fileira do eucalipto

ProDeR apoia desenvolvimento rural

editorial

03

breves

04

- Presidente da Forestis distinguido como Personalidade de Mérito Distrital
- Forestis, AEP e ExpoFlorestal assinam acordo de colaboração
- Forestis organiza curso para auditores PEFC
- Forestis presente na FIMAP-FERRÁLIA
- Forestis promove certificação florestal PEFC
- Europa discute sustentabilidade da floresta
- Forestis acolhe reunião da USSE
- Combate ao nemátodo da madeira do pinheiro
- Forestis lança sistema de gestão

destaque

07

- Especialistas debatem fileira do eucalipto no contexto da economia nacional
- ProDeR apoia desenvolvimento rural

temas e opiniões

12

- Os planos de gestão florestal e o sistema de planeamento territorial
- Proposta de investimento RefCast, irá transformar Portugal na maior potência europeia produtora de castanha

vida da forestis

16

- Forestis quer contratualizar apoio integrado aos proprietários
- AEP aprova candidatura da Forestis ao Programa de Formação-PME

organizações e território

18

- AFCávado cria serviço de arboricultura
- Zonas de Intervenção Florestal - unidos pela gestão e defesa da floresta
- Baldios de Souto e Outeiro dinamizam micologia
- AFEDTâmega cria rede de pontos de água interactiva
- Aflodounorte aposta na investigação ao nível da resinagem
- Primeira ZIF do país com planos de ordenamento
- Cancro do castanheiro - caso de sucesso
- Actividade apícola nas Terras de Ribadouro
- IIº encontro micológico da URZE na Serra da Estrela

ficha técnica

25

- 7 passos para a certificação florestal regional PEFC



ficha técnica

Edição: Forestis - Associação Florestal de Portugal

Directora: Rosário Alves

Design Gráfico: Opal Publicidade

Impressão: xxxxxxxxxxxxxxxx

Tiragem: 12.000 exemplares

Neste número colaboraram: Francisco Carvalho Guerra, João Pinho, José Laranjo, AFC, AFL, Aguiarfloresta, AFEDT, Aflodounorte, AFVS, Arborea, Ribaflo, Urze, equipa Forestis.

Seleccção de Entidades

Consultoria e Formação à medida da sua Entidade e sem custos

A Forestis, enquanto entidade beneficiária do programa Formação-PME, vai abrir em 2009 novas candidaturas para este programa a entidades que pretendam beneficiar de apoios ao nível de formação e consultoria nas áreas de:

Gestão/Financeira

Marketing

Gestão de Recursos Humanos

Âmbito Florestal

Qualidade, Ambiente e HST

Gestão Florestal Sustentável e Certificação

TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação)

Gestão e Comunicação Institucional

Outros...



As entidades beneficiam de:

Diagnóstico estratégico
Plano de desenvolvimento
Implementação do plano com o apoio de consultores especialistas e formadores

Condições de participação:

Presença no norte e centro do país
Ter ao serviço menos de 100 trabalhadores
Estar legalmente constituído
Não ter dívidas à Segurança Social e às Finanças

Entidades destinatárias

Organizações florestais filiadas na Forestis,
Organizações florestais não filiadas na Forestis
Empresas prestadoras de serviços
Parceiros com intervenção no sector florestal

Para mais informação contactar Forestis através de:

Rua de Santa Catarina nº753, 4000 - 454 Porto | Telf: 222 073 130 | Fax: 222 073 139 | geral@forestis.pt | www.forestis.pt

Acção Co-financiada por:

Orientação e Supervisão:

As Organizações de Produtores Florestais e a Floresta

por Francisco Carvalho Guerra
Presidente da Direcção da Forestis

A floresta portuguesa precisa de gestão e, por isso, de proprietários activos que a promovam. Neste sentido, nos últimos 15 anos, formaram-se com o apoio dos sucessivos governos as organizações de produtores florestais (OPF) que têm cumprido o seu papel com eficiência sempre que se reúnem as condições de natureza legislativa e financeira adequadas. A vida destas organizações, como se percebe, é dificultada sempre que a legislação não acompanha aquilo que é a realidade da floresta e dos proprietários florestais que, entre individuais e baldios, detêm cerca de 97% da floresta nacional. Infelizmente, apesar do discurso público da tutela nomear os proprietários florestais como actores centrais para o desenvolvimento da floresta, este discurso não tem conseguido criar as condições de estabilidade, nem implementar as medidas que permitam a estes agentes investir sustentadamente nas suas florestas.

São casos flagrantes desta inconsistência os processos de estruturação e desenvolvimento de Zonas de Intervenção Florestal, o controlo da doença do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP), a aplicação do Fundo Florestal Permanente (FFP), a operacionalização do Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR) ou a atribuição de competências a diversos agentes por via da legislação sectorial.

As Zonas de Intervenção Florestal são um caso de sucesso, naquilo que diz respeito ao trabalho de extensão florestal por parte das OPF e à mobilização e capacidade de associativismo dos proprietários. Contudo, as alterações legislativas que não vêm de encontro às necessidades apontadas pelas OPF, a persistente ausência de cadastro e o não cumprimento das promessas relativamente aos níveis de apoio ao investimento para estas áreas, não só comprometem o trabalho realizado como acabam por abalar a credibilidade das OPF que foram para o terreno, falar olhos nos olhos com os proprietários, para implementar esta prioridade assumida pelos sucessivos governos.

Relativamente à doença do nemátodo, devido à ineficácia do Plano de Controlo até agora estabelecido, vemos-nos hoje confrontados com grande parte da floresta de pinho afectada pela doença. Mesmo assim persiste-se em medidas avulsas sem que se faça um adequado plano de contingência que deveria articular em conjunto com todos os intervenientes – produção, empresas de serviços, indústria, investigação e Estado –, um plano global em que cada um assumisse as respectivas responsabilidades e contribuísse para a solução, pois trata-se de um problema, nacional sério, de sustentabilidade de uma fileira. Esse plano de contingência, depois de discutido até à saciedade, devia ser transparentemente apresentado, financiado e avaliado, dependendo o financiamento subsequente dessa avaliação.

Em termos do orçamento disponível para o sector, observa-se a aplicação errática dos recursos do FFP, que em grande medida tem servido para financiar medidas do próprio Estado. Por outro lado o ProDeR, não tendo aprendido com o passado, mantém medidas complexas, com elevados custos administrativos de gestão e taxas de financiamento desajustadas. Há uns anos atrás todo o sector pedia um dono para a floresta, hoje temos uma Secretaria de Estado bem intencionada para as florestas mas continuamos a assistir a uma pulverização institucional com a consequente dificuldade de articulação e controlo sobre as situações. Acresce que esta linha de orientação contribui, no nosso entender, para diminuir a robustez da Autoridade Florestal Nacional.

Convém, por isso, alertar como alguém disse “leis desnecessárias prejudicam muito as leis úteis” e para a utilidade do “mais vale menos mas bem”.

Neste espírito a Forestis, e as suas associadas, têm apresentado propostas*, às quais nem sempre tem obtido resposta, mas continuará a trabalhar no sentido de melhorar a floresta portuguesa, tendo por certo que os proprietários e suas associações são imprescindíveis nesta tarefa.

* Ver editorial da revista Notícias Forestis n.º 1

Presidente da Forestis distinguido como Personalidade de Mérito Distrital

O presidente da Forestis, Francisco Carvalho Guerra, foi homenageado pelo Governo Civil do Porto, que lhe concedeu a distinção de Personalidade de Mérito Distrital pela sua contribuição para o engrandecimento do distrito, nomeadamente pelo seu trabalho nas áreas da investigação, educação e preservação e defesa da floresta.



Forestis, AEP e ExpoFlorestal assinam acordo de colaboração

A Forestis - Associação Florestal de Portugal, a Associação Empresarial de Portugal (AEP) e a Associação Florestal do Baixo Vouga (em representação do consórcio ExpoFlorestal) assinaram um acordo de colaboração que tem como objectivo a promoção de iniciativas para a divulgação e defesa dos interesses da floresta.

Uma das iniciativas que será abrangida por este

acordo de colaboração será a ExpoFlorestal, o maior certame do sector florestal em Portugal, organizado há cinco anos pela Associação Florestal do Baixo Vouga, Associação Nacional de Empreiteiros Florestais e Agrícolas (ANEFA) e Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha. Com base neste acordo, a Expoflorestal e a Exponor vão colaborar na organização de eventos sectoriais.

Forestis organiza curso para auditores PEFC

A Forestis foi a entidade escolhida pela empresa de auditoria SATIVA para organizar um curso de auditores PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes). Com a organização deste curso, a Forestis pretendeu responder ao apelo da SATIVA e à sua necessidade de formar

técnicos para a certificação PEFC para integrar a sua bolsa de auditores.

O curso de auditores PEFC, que decorreu entre Outubro e Dezembro de 2008, integrou formação teórica e uma componente prática de auditoria em campo, tendo formado 16 auditores.

Forestis presente na FIMAP-FERRÁLIA

A Forestis esteve presente com um stand próprio na mostra florestal organizada na Exponor no âmbito da Feira Internacional de Máquinas para Trabalhar Madeira FIMAP-FERRÁLIA, um evento de referência na Península Ibérica para o sector das máquinas, acessórios e componentes para as indústrias de madeira e mobiliário, que decorreu em Outubro, em Matosinhos. Em colaboração com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), a Forestis foi também responsável pela criação do espaço temático sobre o sector florestal que esteve patente durante o certame.



Gestão florestal sustentável

Forestis promove certificação florestal PEFC

A Forestis está a promover um conjunto de iniciativas de implementação de Sistemas de Gestão Florestal Sustentável (SGFS), de índole regional e de grupo, com várias organizações. O objectivo final é a certificação florestal pelo sistema PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes).

Estas iniciativas partem das organizações de proprietários florestais associadas na Forestis, contando desde o início com a sua coordenação e apoio permanentes. De salientar que a certificação do SGFS, através da Norma Portuguesa 4406, permitirá ela própria um desenvolvimento sustentável da produção, a valorização dos produtos florestais e a vantagem competitiva dos agentes do sector.

Semana Europeia da Floresta 2008

Europa discute sustentabilidade da floresta

A Semana Europeia da Floresta decorreu entre 20 e 24 de Outubro, reunindo 46 países europeus com o objectivo de debater a colaboração mútua sobre a sustentabilidade da floresta, com especial incidência nos temas relacionados com as alterações climáticas, água e energia.

No âmbito da Semana Europeia da Floresta realiza-

ram-se vários eventos por toda a Europa. Em Portugal, o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas promoveu várias iniciativas, entre os quais se destacam o “Encontro com as Entidades ZIF”, o “Encontro com Secretariados dos Baldios”, apresentações de estudos sobre a floresta e o prémio “Moreira da Silva”, entre outras.

Forestis acolhe reunião da USSE

A Forestis foi a entidade promotora do último encontro da União de Silvicultores do Sul da Europa (USSE), que teve como objectivo debater os principais temas da agenda política florestal europeia. A reunião contou com a presença do presidente da USSE, bem como de representantes de nove organizações nacionais e europeias, entre as quais a Asociación Forestal de Galicia, a FAFCYLE - Federación de Asociaciones Forestales de Castilla y León, a Confederación de Forestalistas del País Vasco, o Syndicat des Sylviculteurs du Sud-Ouest e o Centre Régional de la Propriété Forestière d'Aquitaine.



Seminário internacional

Combate ao nemátodo da madeira do pinheiro

Cerca de 50 dos mais conceituados cientistas mundiais na investigação do combate ao nemátodo da madeira do pinheiro (NMP), estiveram reunidos em Lisboa, em Outubro, no seminário internacional "Estratégias de controlo do nemátodo do pinheiro em Portugal", promovido pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. A iniciativa incluiu uma visita dos cientistas a locais onde foram detectadas amostras positivas.

As conclusões do seminário apontam para a necessidade da erradicação das infecções locais de NMP e da sua contenção, nos restantes locais. Foi destacada a importância de medidas legais para monitorizar os riscos de propagação da doença, como é o caso da circulação das madeiras. Foi reforçada a importância de uma eficaz acção governamental, a todos os níveis, para erradicar e controlar com sucesso a propagação do NMP, que pode ser por via natural ou relacionada com a actividade humana.

Aplicação informática para gestão de cadastro florestal

Forestis lança sistema de gestão

A Forestis está a testar um inovador sistema de informação para a gestão de proprietários, cadastro florestal e projectos florestais, que esta associação está a desenvolver em colaboração com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Trata-se de uma

aplicação informática vocacionada para os vários níveis de intervenção: individual, de grupo ou de carácter mais abrangente, como por exemplo as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e deverá estar disponível no decurso de 2009.

Seminário promovido pela Forestis

Especialistas debatem fileira do eucalipto no contexto da economia nacional

A Forestis promoveu no dia 9 de Outubro, o seminário “Eucalipto, Inovação e Criação de Valor”, na Exponor, em Matosinhos. O evento reuniu mais de 150 participantes, num programa que contou com a presença de vários especialistas nacionais e internacionais, técnicos, proprietários florestais e dirigentes de organizações de proprietários para um debate sobre a fileira do eucalipto no contexto da economia portuguesa e da Estratégia Florestal Nacional.

Este foi o primeiro de um ciclo de três seminários desenvolvido pela Forestis e dedicado às três principais fileiras do sector florestal: o eucalipto, o pinho e o sobreiro. O objectivo é dar relevo à inovação, às especificidades tecnológicas, à criação de valor e expansão industrial associadas às matérias-primas originárias da floresta portuguesa.

Na sessão de abertura, Francisco Carvalho Guerra, presidente da Forestis, destacou o contributo da fileira do eucalipto para a economia nacional e explicou que **“a selecção do eucalipto como ponto de partida para este debate prende-se com a expectativa gerada no mercado pelo anúncio de vários projectos industriais no sector da pasta de papel, o principal mercado para esta madeira”**.

José António Barros, presidente do Conselho Geral da Associação Empresarial de Portugal, felicitou a Forestis pela iniciativa e manifestou o apoio incondicional da Associação Empresarial de Portugal (AEP) aos eventos promovidos pela Forestis. De salientar que, na ocasião, foi assinado um protocolo de colaboração entre as duas entidades.

Em 2007, a indústria da pasta de papel consumiu cerca de sete milhões de m³ de madeira de eucalipto, calcula-se que $\frac{3}{4}$ dos quais provenientes do mercado interno e apenas $\frac{1}{4}$ de importação. Em 2007 a indústria da pasta de papel apresentou, no seu todo, um VAB (Valor Acrescentado Bruto) de 600 milhões de euros.

A participação de Ewald Rametsteiner, director do projecto INNOFORCE* e docente e investigador da Universidade de Boku, na Áustria, e um dos mais conceituados especialistas internacionais em inovação florestal, foi uma das presenças mais destacadas do evento. Com uma intervenção focada no

tema “Globalização, Competitividade e Inovação no Sector Florestal”, Rametsteiner salientou o crescimento do investimento privado no sector florestal, numa média de 8 a 10 milhões de euros por ano, como um indicador positivo do sector. Referiu também que o VAB do sector florestal tem vindo a manter-se estável na Europa, apesar da concorrência feroz apresentada pelos mercados asiático e sul-americano. Segundo Ewald Rametsteiner, o comércio de produtos de madeira tem vindo a crescer nos últimos dez anos, principalmente no Norte, Leste e Sudoeste da Europa. E salientou que o sector deve estar atento às necessidades do mercado, conhecer bem as tendências e, a partir daí, procurar o apoio da tecnologia para então dar resposta a essas necessidades.



A tecnologia e inovação foram os temas para o segundo painel do seminário —“Virtualidades e Aplicações da madeira de Eucalipto” —, onde foram abordados os últimos avanços no âmbito da investigação sobre a madeira do eucalipto. Para além dos projectos nacionais de grande mérito apresentados pelo Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação (INETI) e pelo Raiz – Instituto de Investigação da Floresta e do Papel, que têm vindo a trabalhar de perto com a indústria da fileira, a assistência foi surpreendida pela excelência do Centro de Innovación y Servicios Tecnológicos de la Madera de Galicia. Criado

* INNOFORCE - Towards a sustainable Forest Sector in Europe: Fostering Innovation and Entrepreneurship.

em 1996, em Orense, este Centro Tecnológico tem vindo a desenvolver diversos projectos de investigação para diversificar as aplicações da madeira de *Eucalyptus globulus*. O edifício da sua própria sede, localizado no Parque Tecnológico da Galiza, tem os seus interiores revestidos a eucalipto branco. Pavimentos, revestimentos e diversos tipos de mobiliário, quer para exterior quer para interior, constituem os protótipos e produtos já elaborados por este Centro Tecnológico com madeira desta espécie.



No painel dedicado à indústria, destacaram-se as participações de José Honório, presidente da Comissão Executiva do Grupo Portucel Soporcel, e de Paulo Fernandes, presidente do Conselho de Administração do Grupo Altri, dois dos maiores operadores na indústria da pasta de papel, que abordaram o seu posicionamento e estratégia ao nível nacional e internacional, bem como as perspectivas futuras do mercado.

José Honório destacou os investimentos que estão a ser feitos pela indústria da pasta de papel no país, no total de 1.300 milhões de euros, dos quais o Grupo Portucel Soporcel e o Grupo Altri representam cerca de 90%. **“Trata-se de investimento não susceptível de deslocalização”**, sublinhou. A certificação da floresta foi outro dos aspectos salientados por este empresário do sector: **“era necessário que o Estado desse o exemplo, certificando a sua floresta”**. Focou também as várias ameaças à sustentabilidade da fileira do eucalipto, como a dimensão e sustentabilidade do recurso eucalipto, a logística e dos transportes e a captura de talentos. **“Não é necessário aumentar a área plantada, o que é necessário sim é relocalizar as áreas de eucalipto**

e melhorar a produção, através da investigação”. José Honório acusou ainda a ausência de um plano estratégico para a melhoria da produção florestal e a falta de apoios para a certificação florestal, e apontou, ainda, a urgência de um estatuto fiscal e financeiro específico para a produção florestal.

Paulo Fernandes, do Grupo Altri, apontou a necessidade de aumentar a produção de eucalipto para fazer face aos investimentos que estão a ser feitos pela indústria. **“Com os investimentos que está a realizar o Grupo Altri deverá passar de 500 mil toneladas para 900 mil toneladas, pelo que posso garantir que a procura vai aumentar”**, afirmou, categórico. Paulo Fernandes aproveitou a ocasião para lançar um desafio aos produtores e proprietários florestais, para investirem na produção de modo a aumentarem a sua competitividade. Por último, Paulo Fernandes manifestou a disponibilidade do Grupo Altri para protocolar com as Organizações de Proprietários Florestais a utilização de material genético para melhorar a produção de eucalipto, salientando o programa de melhoramento genético que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos anos.



No encerramento, João Pinho, em representação da Autoridade Florestal Nacional (AFN), felicitou a Forestis pela qualidade da organização do evento e pela actualidade do tema. Afirmou que esta é uma fileira prioritária, sendo uma aposta da AFN que os seus objectivos sejam alcançados, entre os quais ter as espécies certas, com a silvicultura certa nos locais correctos. **“Temos vindo a trabalhar para a Estratégia Nacional, temos criado uma orgânica que tem como objectivo apoiar as fileiras florestais e esperamos ver os resultados desse trabalho dentro em breve”**, concluiu João Pinho.

Programa integra medidas específicas para o sector florestal

ProDeR apoia desenvolvimento rural

O ProDeR, Programa de Desenvolvimento Rural, é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural, que estará em vigor até 2013. A divulgação da informação junto de proprietários e das organizações que os representam é essencial para que possam saber aproveitar este instrumento de apoio de forma a maximizar o valor das suas explorações.

O programa visa a concretização dos seguintes objectivos: aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal, promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais e revitalizar económica e socialmente as zonas rurais. A estes objectivos estratégicos acrescem ainda objectivos de carácter transversal, como o reforço da coesão territorial e social, e a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

O ProDeR está estruturado em quatro sub-programas: 1) Competitividade, 2) Sustentabilidade do Espaço Rural, 3) Dinamização das Zonas Rurais e 4) Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências. Para cada um dos sub-programas existe um conjunto de Medidas, que por sua vez se dividem em Acções e Sub-Acções.

Medidas para o sector florestal

No caso das Medidas dedicadas ao sector florestal destacam-se a Medida 1.3 – Promoção da Competitividade Florestal, e a Medida 2.3 - Gestão do Espaço Florestal e Agro-florestal.

Estas medidas têm como principal objectivo promover uma gestão profissional e activa dos espaços florestais, numa óptica de valorização das explorações. Projectos que tenham como objectivo aumentar a qualidade dos produtos e respectivo escoamento, valorizar sub-produtos da floresta (biomassa, mel, cogumelos, etc.), aumentar a multifuncionalidade da floresta (produção, protecção, conservação,...), minimizar os riscos (bióticos, como pragas e doenças, e abióticos, como o fogo) e fomentar as externalidades da floresta a nível ambiental e social (protecção contra erosão, protecção dos recursos hídricos, recreação e lazer), são candidatos privile-

giados a estes apoios.

Dentro deste âmbito, é assim possível efectuarem-se candidaturas às mais variadas tipologias de apoios (ver Quadro 1).



No entanto, é de salientar que algumas despesas, como a Certificação da Gestão Florestal Sustentável (GFS), a construção e/ou beneficiação de infra-estruturas e a aquisição de equipamentos, apenas são elegíveis quando associadas a outros investimentos.

Quem pode ser beneficiário do ProDeR?

Qualquer pessoa singular ou colectiva pode beneficiar dos apoios previstos nas medidas florestais do ProDeR, nomeadamente: entidades gestoras das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF); organizações de proprietários florestais; órgãos de administração de baldios, associações de baldios e outras entidades gestoras de baldios; entidades gestoras de Fundos de Investimento Imobiliário Florestal (FIIF); produtores ou proprietários florestais; entidades gestoras de áreas agrupadas privadas; organismos da administração local ou suas associações representativas. Os projectos de investimento que se enquadrem num dos objectivos previstos em cada uma das Acções podem beneficiar do apoio do ProDeR. Deverão, no entanto, reunir um conjunto de condições, de entre as quais é de destacar a obrigatoriedade, para a grande maioria das Acções/Sub-acções, que os projectos incidam em espaços florestais

dotados de Planos de Gestão Florestal (PGF) com dimensão superior a 25 hectares, com excepção de povoamentos de folhosas produtoras de madeira de elevada qualidade ou alfarrobeiras. Contudo, a área objecto do pedido de apoio pode ser menor às áreas acima referidas e exigidas para o PGF.

Procedimentos processuais

Os pedidos de apoio são submetidos por concurso, divulgado pela autoridade de gestão do ProDeR com a antecedência de 10 dias seguidos relativamente à data de publicidade do respectivo aviso de abertura. Os avisos de abertura dos concursos são divulgados no site do ProDeR (www.proder.pt) e publicados em dois jornais de grande circulação, contemplando informação sobre objectivos e prioridades visadas; tipologia das intervenções a apoiar; área geográfica elegível; prazo de apresentação dos pedidos de apoio; dotação orçamental a atribuir; critérios de selecção e hierarquização dos pedidos de apoio (ver candidaturas abertas no Quadro 2.) Uma novidade neste Quadro Comunitário de Apoio (QCA) é o facto de a apresentação dos pedidos de apoio ser efectuada on-line através de formulário próprio electrónico disponibilizado no site do ProDeR. De salientar que, ao preparar a candidatura, devem ter-se reunido todos os elementos necessários a remeter ao ProDeR no caso do pedido de apoio ser seleccionado. A apresentação dos pedidos de pagamento, também é efectuada através de formulário electrónico disponível no site do ProDeR.

Forma, nível e limite dos apoios

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídios não reembolsáveis. Quanto ao nível dos apoios, varia em cada Acção mediante a tipologia de investimento, podendo variar ainda consoante se se trata ou não de uma Zona Desfavorecida e consoante o tipo de beneficiário. É de relevar o facto de que os níveis de apoio mais altos na maioria das Acções são aplicáveis aos seguintes beneficiários: entidades gestoras de ZIF e entidades gestoras de baldios.

O nível dos apoios vai desde os 30% (para a beneficiação de povoamentos constituídos por espécies de rápido crescimento a explorar em rotações inferiores a 15 anos) até aos 100% (por exemplo, para a abertura de faixas de gestão de combustíveis promovidas por entidades gestoras de ZIF ou entidades gestoras de baldios ou organismos da administração central).

Relativamente ao limites máximos de apoio, também variam de Acção para Acção, podendo variar ainda dentro das Sub-acções e mediante o tipo de beneficiário.



Legislação aplicável

Acção 1.3.1 Melhoria Produtiva dos Povoamentos: Portaria nº 828/2008 de 4 de Agosto.

Acção 1.3.2. Gestão multifuncional: Portaria nº 821/2008 de 4 de Agosto.

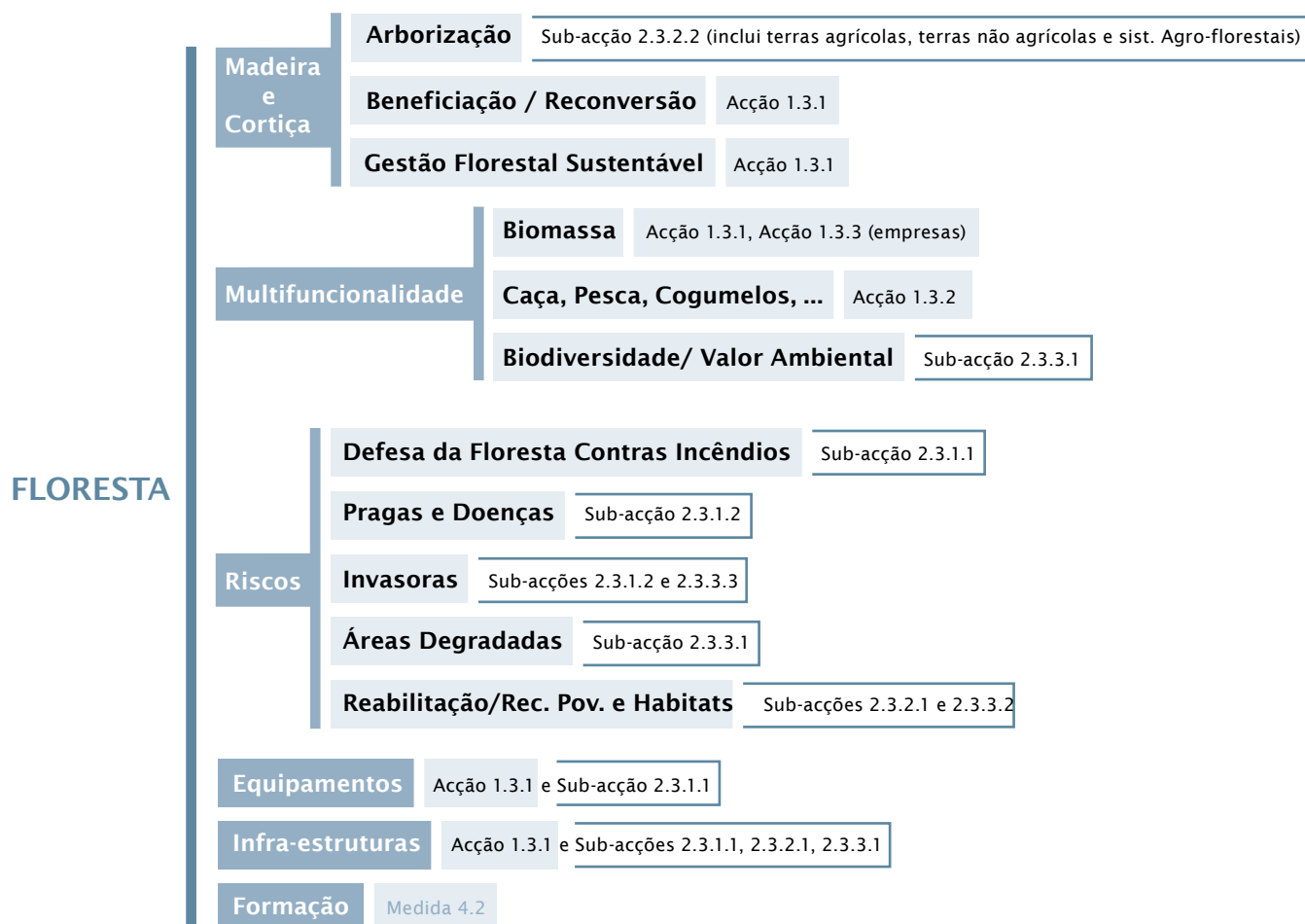
Acção 1.3.3 Modernização e Capacitação das Empresas Florestais: Portaria nº 846/2008 de 4 de Agosto e Declaração de Rectificação nº 59/2008 de 10 Outubro.

Acção 2.3.1 Minimização dos Riscos: Portaria nº 1137-C/2008 de 9 Outubro e Declaração de rectificação nº 73/2008 de 5 de Dezembro.

Acção 2.3.2 Ordenamento e Recuperação de Povoamentos: Portaria nº 1137-B/2008 de 9 Outubro e Declaração de rectificação nº 72/2008 de 5 de Dezembro.

Acção 2.3.3 Ordenamento e Recuperação de Povoamentos: Portaria nº 1137-D/2008 de 9 Outubro e Declaração de rectificação nº 74/2008 de 5 de Dezembro.

Quadro 1. ProDer: Enquadramento dos apoios ao sector florestal



Quadro 2. Período de apresentação de Candidaturas

acção	concurso	período de candidatura
Gestão Multifuncional	1º	2 de Dezembro de 2008 a 15 de Março de 2009
Defesa da Floresta Contra Incêndios	1º	2 de Dezembro de 2008 a 15 de Março de 2009
Recuperação do Potencial Produtivo	1º	2 de Dezembro de 2008 a 31 de Março de 2009
Instalação de Sistemas Florestais e de Sistemas Agro-Florestais	1º	2 de Dezembro de 2008 a 31 de Março de 2009
Promoção do Valor Ambiental dos Espaços Florestais	1º	9 de Março de 2009 a 8 de Maio de 2009
Minimização de Riscos Bióticos Após Incêndios	1º	9 de Março de 2009 a 8 de Maio de 2009

Os planos de gestão florestal e o sistema de planeamento territorial

por João Pinho

Autoridade Florestal Nacional

jrpinho@afn.min-agricultura.pt

Os Planos de Gestão Florestal (PGF) constituem a mais nobre ferramenta que os técnicos e os proprietários florestais dispõem para cumprir a sua missão: garantir à perpetuidade a produção ou manutenção de produtos e serviços ambientais, económicos ou sociais dos espaços florestais a seu cargo e, se for caso disso, maximizar a produção de riqueza.

Pretendem, em primeiro lugar, ampliar o conhecimento dos proprietários ou administradores sobre as potencialidades do território e recursos que gerem, permitindo aumentar o rendimento obtido, reforçar os serviços e externalidades positivas dos espaços florestais e a sua defesa contra agentes bióticos e abióticos. Possibilitam ainda simplificar a relação com os serviços públicos e integrar todas as condicionantes legais oriundas de legislação especial ou do planeamento territorial, pois a gestão florestal não pode estar desligada das realidades e tendências mais amplas de evolução dos territórios onde opera.

Uma novidade?

A silvicultura portuguesa convive com os PGF desde os meados do século XIX. Com efeito, foi em 1864 que o engenheiro florestal Bernardino Barros Gomes elaborou o primeiro PGF do nosso país – o Plano de Ordenamento das Matas Nacionais da Machada e Vale de Zebro, no Barreiro, aplicando os conhecimentos que havia recentemente obtido na Academia Florestal de Tharandt.

Várias outras matas públicas vieram a possuir o seu plano de ordenamento, cuja elaboração foi regulada depois de 1901 pelo Regime Florestal. Mais tarde, na década de 1950, a obrigatoriedade de possuírem um “plano de arborização, tratamento e exploração”, elaborado por engenheiro silvicultor, foi estendida às propriedades privadas (voluntariamente) submetidas ao regime florestal parcial. Por esta via, até 1975 mais de 550 000ha de floresta, em todos

os distritos do Continente mas sobretudo na região ao Sul do Tejo (quase 90% dessa superfície), foram dotados de plano de gestão, de polícia florestal e, em muitos casos, de áreas de reserva de caça e pesca.

Contudo, até à década de 1980, embora trabalhando a uma escala territorial superior à de qualquer outro sector, a intervenção florestal raramente é confrontada por restrições extra-sectoriais, normalmente integradas *a priori* nas orientações governamentais de desenvolvimento florestal ou, já na fase de projecto e execução, pelos próprios serviços, nessa altura responsáveis por áreas como a conservação da natureza ou a hidráulica florestal.



Para uma gestão integrada do território florestal

Nos termos da legislação em vigor, os PGF visam regular no tempo e no espaço, de acordo com as orientações dos planos regionais de ordenamento florestal (PROF), as intervenções de natureza cultural e de exploração dos recursos silvestres. A metodologia geral de actuação é simples e não variou desde o tempo de Barros Gomes: **conhecer o recurso, modelá-lo, planificar o futuro para obter o máximo benefício para o proprietário**, seja ele o Estado, as autarquias locais, os compartes de comunidade serrana, os proprietários particulares, a sociedade agrícola ou as grandes empresas industriais. O “benefício”, naturalmente, pode ser traduzido em múltiplas vertentes: madeira vendida, dias de lazer providenciado, carbono fixado, solo

recuperado, estado de conservação de um habitat mantido ou melhorado. Frequentemente, é exigido ao técnico que optimize a produção simultânea de bens e serviços muito distintos ou territorialmente incompatíveis, ou que inclua restrições externas à gestão florestal, muitas delas oriundas do sistema de planeamento territorial.

Nesses casos, em que é exigida uma melhor fundamentação na escolha das opções silvícolas, torna-se necessário recorrer a sofisticados sistemas técnicos e informáticos de recolha de dados, apoio à decisão ou de gestão de informação numérica e geográfica. Aqui, graças à investigação florestal portuguesa, as possibilidades e capacidade tecnológica que hoje dispomos estão ao nível do melhor que se faz no mundo e são infinitamente superiores às que possuía Barros Gomes: podemos hoje fazer mais e melhor numa semana do que os silvicultores do século XIX conseguiam produzir em anos de trabalho.

Os instrumentos de ordenamento do território no planeamento da gestão florestal

Os PGF são planos de carácter local, abarcando territórios que variam entre alguns hectares até propriedades ou conjunto de propriedades submetidas a gestão conjunta com dezenas de milhares de hectares. Constituem o último elo de um sistema de planeamento territorial (e florestal) com o qual se têm de conformar, integrando as orientações consensualizadas e aprovadas a um nível superior, seja ele regional ou municipal.

Assim, para além das disposições que derivam da legislação florestal de aplicação nacional (como por exemplo a do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios – Dec.-Lei n.º 124/2006¹, ou a da protecção de determinadas espécies arbóreas, como o azevinho, a azinheira e o sobreiro), devem incorporar como base de trabalho todas as normas legais e orientações emanadas por outros sectores que possam condicionar as opções do gestor. Essas disposições e orientações podem provir de legislação sectorial de aplicação directa (por exemplo, o regime do domínio hídrico e protecção de margens) ou de planos especiais, sectoriais ou municipais que contenham normas aplicáveis às actividades que o PGF regula, como sejam os cortes, as mobilizações de terreno ou as alterações de ocupação.

De entre o conjunto de planos com normas a incorporar no PGF sobressaem os planos directores municipais (PDM) e os planos especiais de ordenamento do território, que incluem por exemplo os planos de ordenamento das áreas protegidas (POAP) e os planos de ordenamento das albufeiras de águas públicas. Estes planos, vinculativos quer para as entidades públicas quer para as privadas, agregam já eles próprios todo o conjunto de restrições de utilidade pública e servidões administrativas (oriundas dos planos e diplomas sectoriais) que podem interessar ao PGF: das suas “cartas de condicionantes” poderemos retirar informação tão diversa como as faixas de protecção a linhas eléctricas, património arqueológico, monumentos nacionais ou marcos geodésicos, ou ainda as reservas ecológica e agrícola.

O PDM, que se pretende que seja o “plano-pivô” na relação entre o proprietário privado e o (por vezes complexo) sistema de planeamento, também sistematiza outras fontes de informação essenciais para os PGF: por exemplo, as estratégias de desenvolvimento territorial que melhorem as acessibilidades e a infraestruturação dos espaços florestais, projectos municipais e regionais de carácter estruturante que afectem a áreas de intervenção do PGF, orientações de planos sectoriais da água, energia, agricultura, turismo, etc.

As normas do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, a serem vertidas nos PDM, e os POAP são especialmente relevantes para os “PGF de nova geração”, pois o novo regime legal prevê que estes possuam um “programa de gestão da biodiversidade” sempre que se integrem áreas classificadas. É importante salientar que, tal como sucede em diversa legislação florestal, a existência de PGF aprovado pode dispensar a aplicação de diversos procedimentos administrativos associados às áreas classificadas e que a existência dessa componente de gestão da biodiversidade poderá também facilitar o acesso aos financiamentos no âmbito de medidas silvo e agro-ambientais.

Toda esta informação oriunda dos instrumentos de ordenamento do território, recolhida e traduzida no PGF, é uma componente imprescindível para o sucesso do sector florestal no difícil desafio lançado por Barros Gomes há 144 anos: garantir a espécie correcta, no local correcto, com a silvicultura correcta.

¹ são especialmente relevantes, para os PGF, as disposições dos artigos 15º e 17º do referido Decreto-lei.

Proposta de investimento RefCast, irá transformar Portugal na maior potência europeia produtora de castanha

por José Gomes Laranjo
Coordenador da proposta
j.laranjo@utad.pt

Portugal é o 5º maior produtor mundial de castanha, atrás da Coreia do Sul, China, Itália e Turquia, com uma área de cerca de 30 000ha, representando quase 10% da área mundial ocupada por esta espécie. Sendo uma espécie bem adaptada a clima temperado com Verões não muito quentes e Invernos pouco rigorosos, com precipitação anual entre 600 e 1 200mm. Em Portugal, cerca de 90% da área de cultura está concentrada na parte norte de Trás-os-Montes, e na Beira Interior, correspondendo às zonas montanhosas compreendidas entre os 600 e os 1 000m de altitude.

O castanheiro desempenha, nestas zonas rurais de montanha, um dos poucos modelos culturais de sustentabilidade dessas populações, já que a vinha, a oliveira e a amendoeira deixam de ser cultivadas devido às limitações climáticas existentes acima dos 600m. Trata-se de uma cultura que no início do Séc. XX, atingiu os 60 000ha, e que fruto de vicissitudes várias, no início da década de 90 representava pouco mais de 15 000ha. Contudo a partir desta altura, fruto do interesse económico associado a apoios financeiros provenientes da EU, a sua área duplicou em cerca de 10 anos.

Porém, o que se poderá esperar sobre a evolução futura de uma cultura já de si tão importante para Portugal? De acordo com a Estratégia Nacional para a Floresta, projecta-se um aumento da área para cerca de 90 000ha nos próximos 30 anos. É certo que neste aumento de área, estão contemplados não só o plantio de castanheiro para fruto em sistemas produtivos intensivos ou agro-florestais, mas também o plantio como essência florestal, em povoamentos de alto-fuste e talhadia. A opção por cada uma destas vertentes dependerá obviamente

da aptidão edafoclimática do local. Uma certeza existe porém, na actual mancha de território onde a cultura do castanheiro tem viabilidade, existem áreas que poderão ser recuperadas para a agricultura, ou convertidas, existindo muitas outras já cobertas com povoamentos que necessitam de urgente intervenção de requalificação. Estamos a pensar no cancro do castanheiro, mas principalmente na doença da tinta que tem dizimado árvores a um ritmo de 1-2% ao ano, retirando-lhes produtividade. Especialmente indicados para estas situações, e para os novos plantios, existe hoje no mercado o porta-enxerto híbrido designado por Ca90 (C. sativa x C. crenata) com resistência a esta doença e com boa compatibilidade para enxertia das variedades nacionais. Resultado de trabalhos anteriormente realizados na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), o COLUTAD apresenta-se como uma solução de futuro para a doença da tinta, uma vez que se trata de um clone com grande proximidade genética ao nosso castanheiro e que por isso terá vantagens. Para a produção de fruto, as plantas carecem de ser enxertadas, o problema de compatibilidade coloca-se, na exploração



florestal, onde se recomenda igualmente a utilização de híbridos. A utilização de produtores directos torna a utilização de híbridos mais simples, embora possam advir problemas acrescidos de cancro uma vez que o castanheiro japonês é mais sensível que o europeu. Recordo simplesmente a existência de uma extensa colecção de híbridos existentes no Centro Nacional das Sementes Florestais (CENASEF), com boa aptidão florestal.



No entanto, a actividade agrária moderna, seja agrícola ou silvícola, não se compadece exclusivamente com a produção. É importante definir estratégias de comercialização, que numa actividade moderna, passa por cuidar previamente da valorização do produto. Temos dito que Trás-os-Montes, na sua Terra Fria, possui uma riqueza enorme nos seus soutos, cuja produção de castanha se estima valer

40 milhões de euros, assumindo uma produção de cerca de 40 000ton e cujo mercado tem de ser melhor organizado. A instalação de mais unidades de média dimensão para recolha, calibre e embalamento de castanha, a introdução dos contratos de compra e venda de castanha, como sucede na vizinha Galiza, ajudarão a atingir este objectivo. Mas é legítimo perguntar por quantas vezes se poderá multiplicar este valor no dia em que se introduzir uma maior valorização. Ela já existe, através da empresa Sortegel, mas ainda é insuficiente.

Esta é a altura adequada para repensar estrategicamente o sector, e o Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR), o instrumento de apoio financeiro disponível para o efeito. Nessa medida está já em fase de implementação uma proposta para a fileira da castanha, o RefCast, provavelmente a maior proposta de investimento alguma vez preparada para o sector. Esta proposta está orçamentada em cerca de 80 milhões de euros, e irá envolver alguns milhares de agricultores, dado que estão previstos 12 000ha de novos soutos e a renovação de 4 500ha, além de novas unidades de serviços de apoio ao manejo do souto, apoio técnico, e ainda unidades de recolha e transformação de castanha e cogumelos. A implementação desta proposta irá transformar Portugal no maior produtor europeu de castanha, elevando a fileira a um patamar de grande importância económica, e permitirá certamente “agarrar” mais alguma população às zonas rurais de montanha, porque esta cultura é um dos poucos modelos de negócio com viabilidade económica para estes espaços. Esta proposta foi elaborada com a coordenação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Espaço Visual, conta com a participação do Instituto Nacional dos Recursos Biológicos, Instituto Politécnico de Bragança, Agromontenegro, AguiarFloresta, Arborea, Associação Florestal do Lima, Associação Regional dos Agricultores das Terras de Montenegro, Cacovin Cooperativa Agrícola de Penela da Beira, Espaço Visual, Grupo RibaDouro, Sortegel - Produtos Congelados Lda, Marron-Glacé SL, Pulido Communications e Quinta d’Alagoa.

Especialistas em qualidade desde 1981



reboque florestal + grua

braço triturador

pá frontal (bulldozer)

corta mato
capinadeira florestal

machado de lenha
electrico / tractor

parada de tibães

4700-785 braga

portugal

telefone: 253 621 128

fax: 253 625 870

email: mail@agriduarte.com

url: www.agriduarte.com

Controlo do nemátodo da madeira do pinheiro

Forestis quer contratualizar apoio integrado aos proprietários

A Forestis quer contratualizar com as organizações de proprietários florestais (OPF) o serviço de assistência técnica a produtores e prestadores de serviço regionais/locais, considerando ser esta a forma mais eficaz de proteger os proprietários afectados pelo nemátodo da madeira do pinheiro (NMP). Esta proposta foi apresentada ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas durante uma reunião que decorreu em Outubro passado, em Coimbra, na qual participaram também várias associações locais.

Segundo a proposta da Forestis, este contrato programa deverá ser realizado pelo período de um ano renovável, e incluirá um amplo conjunto de serviços no âmbito da extensão florestal e do apoio directo aos proprietários e produtores florestais. Deverá, ainda, prever efeitos retroactivos, para as acções já desenvolvidas pelas associações signatárias do protocolo de colaboração assinado com a Autoridade Florestal Nacional (AFN) em Maio de 2008.

Assim, a Forestis propõe-se desenvolver um programa de informação e formação para produtores florestais e equipas de sapadores, sobre todos os aspectos relacionados com a doença do NMP e sobre os procedimentos técnicos e legais a adoptar. Relativamente ao apoio aos proprietários, os serviços a contratualizar incluem visitas técnicas, execução de cortes, elaboração de cartografia, registo de agente e elaboração de um relatório mensal.

No âmbito das medidas fitossanitárias e de apoio à investigação científica, a Forestis e as suas associadas, pretendem participar activamente na prospecção da doença, inventariando as árvores com doença e sintomáticas e procedendo ao seu corte, seguindo a metodologia da AFN. Estas acções são particularmente importantes para se equacionar um plano de erradicação, escoamento e comercialização que assegure a estabilidade dos preços da madeira.

Forestis participou em reunião promovida pelo Secretário de Estado

A Forestis participou, no dia 10 de Outubro, em Coimbra, numa reunião promovida pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, para debater as medidas para a erradicação da doença do nemátodo da madeira do pinheiro que afecta a zona Centro do país.

Uma das principais preocupações da Forestis prende-se com a perda de rendimentos dos proprietários florestais, pelo que a Forestis propôs que o Estado intervenha como mediador entre os proprietários florestais e a indústria, no sentido de garantir o escoamento e formas de comercialização que não levem a uma descida drástica dos preços da madeira.



AEP aprova candidatura da Forestis ao Programa de Formação-PME

A AEP – Associação Empresarial de Portugal aprovou a candidatura da Forestis ao programa de Formação PME, financiado pelo Programa Operacional do Potencial Humano (POPH). Neste caso, o Programa vai incidir em áreas transversais como a gestão, o marketing e a comunicação, a inovação, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) e áreas específicas da fileira florestal, entre outras, sendo vocacionado para organizações de proprietários florestais e empresas prestadoras de serviços ao sector florestal.

O programa aprovado realizar-se-á durante dois anos, entre Novembro de 2008 a Outubro de 2010,

em cada um dos quais serão abrangidas 25 entidades beneficiárias, oriundas da região Norte e Centro do país. A Forestis começou por divulgar esta iniciativa junto das suas associadas e empresas, tendo realizado no dia 7 de Novembro sessões públicas de esclarecimento do Programa, no Porto, Coimbra e Vila Real, às quais assistiram 28 entidades.

A Forestis registou grande receptividade a esta sua iniciativa, tendo recebido, entretanto, 38 candidaturas, que foram analisadas e de entre as quais foram já seleccionadas as 25 entidades que serão beneficiárias deste programa no primeiro ano, e cujo processo se encontra em fase de validação pela AEP, a entidade gestora.

Entidades beneficiárias do Programa de Formação PME - Forestis

- Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves
- Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho
- Associação dos Silvicultores do Vale do Ave
- Paiva & Ferreira Lda.
- Aguiarfloresta - Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Vila Pouca de Aguiar
- Arborea - Associação Florestal da Terra Fria Transmontana
- Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega
- Associação Florestal do Vale do Sousa
- Portucalea - Associação Florestal do Grande Porto
- Ribaflo - Associação Florestal das Terras de Ribadouro
- Valdelima- Cooperativa Polivalente de Desenvolvimento Rural, CRL
- Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Arganil
- Associação de Produtores Florestais do Concelho de Alcobaça e Nazaré
- Verdelações - Associação de Produtores Florestais
- Ramos & Ramos
- Leitão & Cavaleiro - Silvicultura e Exploração Florestal, Lda.
- Associação Florestal do Concelho de Góis
- Associação Florestal do Pinhal
- Associação Florestal do Baixo Vouga
- URZE - Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela
- Silvokoala - Silvicultura, Exploração Florestal Unipessoal, Lda
- Irmãos Silva & Sousa, Lda
- Silvítua, Lda
- Rustimalva - Manutenções Florestais, Lda
- M. Duarte & Filhos, Lda

Programa Formação PME-Forestis já arrancou

O arranque do Programa de Formação PME – Forestis foi oficialmente assinalado no passado dia 21 de Novembro, numa sessão realizada no Centro Propedêutico e de Formação Técnica, em Vairão. O evento contou com a presença de todas as entidades seleccionadas, consultores e o representante da entidade gestora, Rui Magno.

O objectivo do encontro foi o de apresentar as regras da Formação PME às entidades beneficiárias, apresentar o modelo de intervenção a utilizar e esclarecer todas as dúvidas dos proprietários florestais e empresários. Rui Magno, representante da AEP, teve uma intervenção baseada no arranque do programa e dos seus objectivos, enquanto

a directora executiva da Forestis, Rosário Alves, fez o enquadramento do Programa de Formação PME para o sector florestal.



organizações e território

AFCávado - Associação Florestal do Cávado

AFCávado cria serviço de arboricultura

A AFCávado criou recentemente o serviço de arboricultura/cirurgia de árvores, para o qual conta com dois técnicos dos seus quadros com formação específica para a manutenção e desmontagem de árvores de grande porte. Pretende assim providenciar um serviço inovador aos seus associados.

Acompanhando o proprietário, conhecendo as suas necessidades e a história da árvore, os técnicos fazem o planeamento da sua intervenção de modo a eliminar ramos que se tocam ou que tocam em obstáculos, que estejam mortos ou doentes, ou partidos por ventos fortes ou tempestades. Este trabalho é desenvolvido sempre que existe necessidade de criar distâncias de segurança de telhados, caleiros ou propriedades vizinhas, corrigir podas anteriores; ou arejar e equilibrar copas com o sistema radicular. Pode também ser realizado para remoções completas de árvores, mesmo em situações delicadas.

Pela utilização de técnicas e material de escalada, o

desenrolar dos trabalhos dá-se a um ritmo que não pode ser igualado por outros métodos, como escadas ou cestos hidráulicos, sendo que no interior das copas e a alturas elevadas estes meios não são viáveis.

A AFCávado disponibiliza este serviço para as restantes associadas da Forestis.



AFL - Associação Florestal do Lima

Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) - unidos pela gestão e defesa da floresta

A convite da Associação Florestal do Lima (AFL) e dos Núcleos Fundadores das ZIF de Ponte da Barca e ZIF do Monte de Roques, cerca de três centenas de pessoas assistiram às reuniões de Audiência Final das respectivas ZIF, que se realizaram no dia 8 de Novembro, em Paço Vedro de Magalhães, Ponte da Barca, e em Mujães, Viana do Castelo.

Nestas reuniões foram analisados, e respondidos, todos os pedidos de esclarecimento e sugestões recebidos durante o processo de consulta pública. Incluiu uma exposição sobre o que são as ZIF. Marcaram presença a Autoridade Florestal Nacional (AFN), pelo Director Regional das Florestas do Norte, Rogério Rodrigues, e pelo Chefe da Divisão de Gestão Florestal, Eduardo Alves, a Associação Florestal do



Lima, pelo presidente da Direcção, Joaquim Rocha, a Forestis, pela Directora Executiva, Rosário Alves, e os representantes dos Núcleos Fundadores das ZIF, Torcato Costa (ZIF do Monte de Roques) e Joaquim Fernandes (ZIF de Ponte da Barca). Esteve também representada a Câmara Municipal de Viana do Castelo, pelo vereador Vítor Lemos (ZIF do Monte de Roques).

A próxima fase é a do requerimento, que deverá ser subscrito por todos os aderentes. Ambas as ZIF encontram-se com este requisito quase cumprido, pelo que em breve o requerimento será remetido à AFN. A AFL tem apoiado, e continuará a apoiar, os proprietários florestais na constituição de ZIF, contribuindo assim para o ordenamento e a gestão florestal.

Aguiarfloresta - Associação Florestal e Ambiental de Vila Pouca de Aguiar

Baldios de Souto e Outeiro dinamizam micologia

No dia 8 de Novembro, o Conselho Directivo de Souto e Outeiro, com o apoio da Aguiarfloresta e da empresa Micoplant, procedeu a uma jornada dedicada aos recursos micológicos, onde foram plantadas árvores micorrizadas (carvalhos, videiros, e outras) e implementadas normas de regulação da apanha de cogumelos no baldio.

O processo de micorrização desenvolvido inicia-se com a colocação de uma mistura de esporos de

várias espécies de cogumelos e gel, num recipiente com água. De seguida após embeber as raízes das várias espécies neste gel, foram plantadas em vários locais reservados.

Subjacente a estas acções está o protocolo entre a Aguiarfloresta e a comissão de gestão do baldio de Souto, que prevê a valorização e o aproveitamento sustentável dos recursos micológicos no respectivo baldio.

Produção de Shitake em Vila Pouca de Aguiar

Vários proprietários florestais, associados da Aguiarfloresta, iniciaram a produção de mais uma espécie de cogumelos — o Shitake. Além de ser utilizado como alimento, o Shitake também é usado para melhorar o sistema circulatório e tratar constipações.

Apesar de ainda serem poucos os que se dedicam a cultivar cogumelos, o sector é uma mais-valia para os produtores, pelo potencial que existe na

região e pela crescente procura por produtos derivados dos cogumelos. Na hora de iniciar o cultivo de cogumelos, é importante saber se as condições ambientais do local onde se pretende produzir são favoráveis para a frutificação do fungo. Para tal, o proprietário conta com o apoio da associação Aguiarfloresta. Esta disponibiliza ainda os produtos necessários, à cultura como o spawn (semente de cereal que contém o fungo).

**Para publicar os seus produtos ou serviços,
nesta revista, contacte Joana Bateira:**

j.bateira@forestis.pt



organizações e território

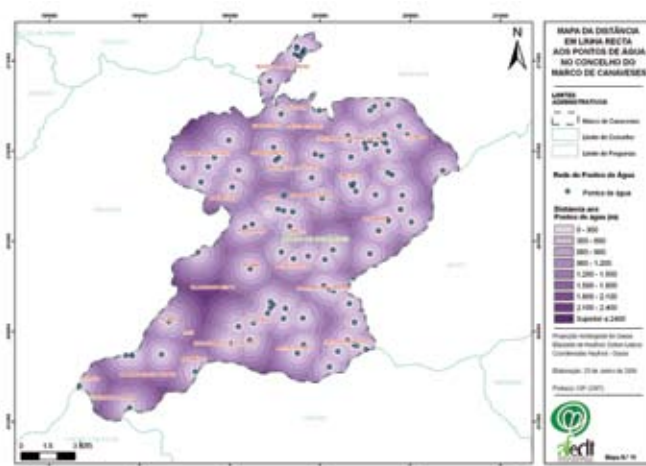
AFEDT - Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega

AFEDTâmega cria rede de pontos de água interactiva

A Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega (AFEDT) desenvolveu, uma Rede de Pontos de Água Interactiva, no âmbito do protocolo celebrado com a Câmara Municipal do Marco de Canaveses. A necessidade do desenvolvimento de uma solução deste tipo derivou da importância estratégica atribuída aos pontos de água, figurando estes como infra-estruturas imprescindíveis ao combate aos incêndios florestais.

A Rede de Pontos de Água Interactiva é uma solução Web SIG (Sistemas de Informação Geográfica), que funciona como instrumento de apoio à decisão. Trata-se de uma plataforma transversal a todos os agentes da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) e tem por objectivo proporcionar a possibilidade de pesquisar, visualizar e explorar a informação relativa aos pontos de água do Município de uma forma rápida e eficaz. Caracteriza-se pela sua facilidade de utilização e por disponibilizar um ambiente SIG integrado da rede de pontos de água com um conjunto de informação de apoio.

A Rede de Pontos de Água Interactiva faz parte de todo um trabalho de análise e actualização da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho do Marco de Canaveses. Integra toda a informação



referente aos pontos de água e a forma como estes se distribuem no território, assim como foram analisados os tempos de intervenção das equipas de DFCI e o tempo que estas demoram a percorrer para reabastecer.

Embora esta aplicação tenha sido inicialmente desenvolvida para o Concelho de Marco de Canaveses, a AFEDT está disponível para a ajustar às necessidades de cada município/entidade, encontrando-se a associação neste momento a desenvolver um conjunto de mapas interactivos aplicados a outras temáticas.

AFLODOUNORTE - Associação Florestal do Vale do Douro Norte

Aflodounorte aposta na investigação ao nível da resinagem

A Associação Florestal do Vale do Douro Norte (Aflodounorte) tem vindo a desenvolver investigação ao nível do sector da resinagem, de forma a rentabilizar esta actividade e revitalizar o sector. Em parceria com a Universidade de Trás-os-Montes

e Alto Douro (UTAD), o Município de Alijó, a Comunidad de Villa y Terra de Coca (Espanha), bem como outros parceiros portugueses, espanhóis e franceses (num total de 15 entidades envolvidas), foi apresentado o projecto Sust-Forest ao programa Interreg IV B SUDOE.

O projecto foi formalmente apresentado em Setembro de 2008, no município de Alijó, com a presença do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Floresta, Ascenso Simões, que presidiu ao encerramento do encontro. Com o Sust-Forest pretende-se pôr em prática um novo modelo de desenvolvimento económico baseado na melhoria das condições de trabalho e no aumento da produção e da qualidade da resina, através da aplicação de novas tecnologias, promoção de inovação e constituição de redes estáveis de cooperação em matéria tecnológica aplicada ao meio ambiente. O projecto encontra-se em fase de aprovação, envolvendo o montante de 154.000 € para a Aflodounorte.

A Aflodounorte em parceria com a Comunidade de Villa y Terra de Coca também apresentou o projecto



Prometheus, no âmbito da Protecção Civil, com o objectivo de criar uma unidade especializada de intervenção rápida na defesa e luta contra incêndios florestais.

AFVS – Associação Florestal do Vale do Sousa

Primeira ZIF do país com planos de ordenamento

No passado dia 8 de Novembro, em Sebolido, realizou-se uma assembleia-geral de aderentes da Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Entre Douro e Sousa. Esta ZIF tem como entidade gestora a Associação Florestal do Vale do Sousa e conta actualmente com cerca de 200 proprietários aderentes. Foi instituída legalmente pela Portaria N.º 787/2007, tendo sido uma das primeiras a ser criadas a nível nacional e a primeira na região do Norte. O seu território abrange a maior parte das áreas florestais do concelho de Penafiel a sul de Paço de Sousa, bem como parte da zona sul do concelho de Paredes, numa extensão total de 7.223ha de floresta.

A assembleia-geral de 8 de Novembro assinalou a conclusão do processo de consulta pública do Plano de Gestão Florestal e do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios elaborados pela entidade gestora desta ZIF, a Associação Florestal do Vale do Sousa. Estes planos foram elaborados com a participação dos aderentes da ZIF através de reuniões realizadas para o efeito em várias localidades abrangidas pela



ZIF. Foram também consultadas as autarquias locais e as corporações de bombeiros, e ainda associações de caçadores e associações juvenis e de defesa do ambiente. Além disso, foram tidas em conta as orientações decorrentes dos planos nacionais e municipais relevantes para este efeito.

organizações e território

Concluída esta fase, os dois planos irão ser enviados para apreciação e aprovação à Autoridade Florestal Nacional.

A criação desta ZIF há cerca de um ano atrás já tinha feito história ao ter sido uma das primeiras do país a ser constituída e a primeira do género na região do Norte. Agora volta-se a fazer história uma vez que é a primeira ZIF do país a ter planos de ordenamento no estado em que estes se encontram. Em toda a história milenar da floresta em Portugal é a primeira vez que os proprietários privados não industriais se organizam para preparar planos desta natureza. Com a sua existência as entidades públicas com responsabilidades na defesa da floresta e outras entidades que usam os espaços florestais que não os seus proprietários passarão a saber aquilo que estes pretendem para uma melhoria da gestão desses espaços, correspondendo-lhes colaborar com eles

nesse sentido. Assim sendo, depois de muitos anos em que os espaços florestais foram usados, e muitas vezes abusados, sem que os seus proprietários pudessem beneficiar desses usos e exigir compensações pelos prejuízos que lhes eram causados, começam agora a ser criadas as condições para inverter gradualmente esta situação.

A assembleia geral de aderentes desta ZIF do passado dia 8 de Novembro deu mais um passo nesse sentido ao aprovar uma resolução, a enviar às autarquias locais, forças policiais e outras entidades públicas competentes, no sentido de reclamar dos organizadores e participantes em provas de desporto motorizado todo o terreno realizadas no território desta ZIF, o cumprimento dos deveres de informação prévia e de pedido de autorização aos proprietários dos terrenos utilizados, bem como o dever de pagamento de compensações por esses usos, incluindo a reparação de prejuízos que eventualmente possam ser causados à floresta por essas provas.

ARBOREA - Associação Florestal da Terra Fria Transmontana

Cancro do castanheiro - caso de sucesso

O cancro do castanheiro é provocado por um fungo, designado por *Cryphonectria parasitica* (Murr.) Barr, que ataca os ramos e o tronco do castanheiro. A detecção da doença verifica-se pela observação de ramos secos na copa acima do cancro, bem como manchas castanho-avermelhadas visíveis à casca ligeiramente levantada e com fendas longitudinais. Nas zonas afectadas, por vezes, no final do verão, também se observam pequenos pontos do tamanho de uma cabeça de alfinete de cor alaranjada ou castanho-avermelhada à superfície da casca.

Se o cancro do castanheiro não for convenientemente tratado, rapidamente se espalhará em torno do tronco, impedindo que a água passe por essa zona, que levará a que o ramo ou o tronco seque dessa zona para cima. É frequente observar castanheiros com muito bom aspecto e com um ramo seco, são os sinais evidentes de um ataque de cancro do castanheiro.

Quando se detectam estes cancros, deve proceder-

-se rapidamente à sua remoção através de operações de corte e/ou raspagem da zona afectada, seguido de uma pasta fungicida (para matar o fungo) e finalizado com a aplicação de uma pasta cicatrizante, de forma a estimular a cicatrização rápida do castanheiro. É muito importan-



te desinfetar as ferramentas usadas, por exemplo numa mistura de água com lixívia, para que não haja contágio de outros castanheiros.

Esta doença espalha-se com o vento, chuva, insectos, pássaros e pelo Homem (enxertias contaminadas, ferramentas contaminadas, etc.)

A Arborea tem feito várias sessões de divulgação sobre esta doença, quer inseridas em Jornadas do Castanheiro, quer em formação, quer em visitas às explorações afectadas. Seguimos atentamente os casos de sucesso no tratamento do cancro, e o nosso associado Manuel Ferreira é, sem dúvida, um caso de sucesso no combate ao cancro do castanheiro e um inovador das técnicas utilizadas para o controlo da doença.

Manuel Ferreira após verificar a existência de um cancro, circunda o mesmo com um corte profundo realizado com uma faca ou canivete, que chega a perfurar a madeira. Após a realização deste corte, e de o desinfetar com um produto à base de cobre, tapa todo o cancro com uma pasta cicatrizante, que fará com que a casca que contém o cancro se destaque e caia. Depois, novamente, pincela o ramo sem a casca com a pasta cicatrizante para que a casca saudável cresça e cubra o resto do ramo.

O nosso associado refere ainda: **“com o que vocês me dizem na Arborea sobre as doenças do cas-**

tanheiro eu venho para os meus castanheiros e tento fazer tudo bem, ando nos meus soutos sempre atento e cada vez que vejo um cancro tenho logo de o tratar, não posso esperar para o outro dia. Pena não ter mais tempo, mas como vê, tenho tudo tratado e resulta.”

Durante a visita de apoio técnico realizado pela Arborea, Manuel Ferreira refere que tem mais problemas para além do cancro do castanheiro, nomeadamente a Broca do Castanheiro e os animais selvagens. Refere Manuel Ferreira: **“um proprietário tem de estar sempre atento, senão perde tudo. Eu trato de matar a Broca com um insecticida e tapo o buraco de seguida. Quanto ao javali e às cabras bravas (Corço) pinto os castanheiros com tinta branca de maneira a eles não se aproximarem...”**

Em consideração final, a Arborea deseja que todos os seus associados não se descuidem do tratamento do Cancro do Castanheiro, e caso tenham dúvidas, quer na identificação da doença, quer no seu tratamento, contactem imediatamente a associação no sentido de agendar uma visita técnica fitossanitária. É muito importante lembrar que, se deixar um castanheiro com um ramo infectado com cancro mais um ano, porque dá umas “sacas de castanhas”, com certeza que esse cancro se irá alastrar pelo souto e em pouco tempo terá de “abater” todas as árvores.

RIBAFLOR – Associação Florestal das Terras de Ribadouro

Actividade apícola nas Terras de Ribadouro

A Ribaflo – Associação Florestal das Terras de Ribadouro, tem vindo a desenvolver esforços no sentido de promover a actividade apícola na sua área social de intervenção. Nas Terras de Ribadouro a actividade apícola caracteriza-se por explorações pequenas e de carácter familiar sendo o mel delas resultante de alta qualidade e com características excelentes. Verifica-se que nestas pequenas explorações existe dificuldade no escoamento do produto sendo este efectuado de uma forma local, individual e desorganizada.



organizações e território

A Ribaflo, considerando as aptidões da região para a produção de mel e de outros produtos afins, propõe-se estimular e desenvolver o interesse nesta actividade de forma a promover o associativismo com o objectivo de obter melhores e maiores produções que permitam a criação de uma marca certificada e

a organização da respectiva comercialização. Para atingir estes desideratos, a associação iniciou um levantamento exaustivo dos apicultores existentes, disponibilizando apoio técnico à manutenção de apiários já existentes e à instalação de novos apicultores.

URZE - Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela

IIº encontro micológico da URZE na Serra da Estrela

A URZE realizou nos dias 7 e 8 de Novembro o seu IIº Encontro Micológico, que contou com a presença do presidente da Autoridade Florestal Nacional, António Rego, e do Director Regional das Florestas, Viriato Garcez, bem como de investigadores, universitários e especialistas do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, estudantes e de muitos associados da URZE e outros interessados.

Foram contabilizados 197 participantes durante a visita ao campo para observação e identificação de mais de 60 espécies de cogumelos entre comestíveis e não comestíveis.

A formação e informação das populações, deve continuar a ser uma aposta das Associações Florestais e Associações Micológicas. É preciso conhecer os cogumelos, enquanto produto da floresta, para melhor o podermos proteger e valorizar.

As Zonas de Intervenção Florestal, e as unidades de baldio abrem novas perspectivas de gestão florestal. Os recursos micológicos podem aí ser uma mais-valia a ter em conta na exploração, promovendo a multifuncionalidade da floresta. A aposta na micologia pode revelar-se duplamente acertada, já que, é possível aumentar o rendimento florestal através dos ganhos com a produção de cogumelos. Continua a ser urgente a regulamentação da colheita de cogumelos silvestres, definindo métodos adequados à protecção das espécies fúngicas, dos ecossistemas, e da salvaguarda dos interesses dos proprietários florestais na exploração e gestão dos recursos micológicos.



A I Feira e a Prova Gastronómica de Cogumelos Silvestres, ultrapassou as expectativas, pelo elevado número de presenças na sessão de identificação e classificação dos cogumelos bem como na Prova Gastronómica de Cogumelos Silvestres. A realização de Feiras e Mostras Gastronómicas, como forma de promoção e divulgação deste produto florestal, de alto valor alimentar e de tão baixo consumo entre os portugueses, deve ter continuidade.

Foram anunciados os instrumentos financeiros, no âmbito do ProDeR, de apoio à criação de empresas de produção, transformação e comercialização de cogumelos, quer de forma de cultura, quer no seu meio natural, a floresta. Dado o elevado investimento na produção de cogumelos de cultura, ficaram claras as vantagens na aposta em cogumelos micorrizicos pois, aos valores económicos já enunciados associam-se a sanidade e a estabilidade dos povoamentos florestais.

Trata-se de um importante recurso natural, desaproveitado e com potencialidades de negócio, capaz de criar riqueza local e gerar novos postos de trabalho.

7 passos para a certificação florestal regional PEFC

A certificação florestal apresenta-se como um caminho para a efectivação de uma gestão florestal sustentável sob o ponto de vista económico, ambiental e social, que, acompanhando uma evolução dos mercados nacional e internacional, promove a competitividade dos agentes do sector e permite o reconhecimento e valorização dos produtos florestais.

Seguidamente será apresentada uma proposta do procedimento de implementação de um Sistema de Gestão Florestal Sustentável (SGFS) a nível regional, de acordo com o definido pela Norma Portuguesa para Sistemas de Gestão Florestal Sustentável, NP 4406, para a certificação pelo Programme for the Endorsement of Forest Certification, PEFC.

1. Identificação e caracterização da UGF

A iniciativa deverá partir de uma ou várias entidades com responsabilidade e representatividade na produção florestal de uma determinada região, por exemplo as organizações de proprietários florestais (OPF). Estas deverão formar um grupo de trabalho inicial cujas funções se dirijam essencialmente com a delimitação e caracterização dos aspectos ambientais, sociais e de mercado relevantes da unidade territorial que corresponderá à Unidade de Gestão Florestal (UGF) bem como, o planeamento das acções a desenvolver.

2. Constituição da entidade promotora da certificação florestal

Numa primeira fase, deverão ser identificadas as entidades com interesse e responsabilidade, directa ou indirecta, no sector, às quais deverá ser efectuado um convite à participação. Estas deverão organizar entre si a constituição formal de uma outra entidade, cujo âmbito de actuação será exclusivamente de promoção da certificação florestal. A sua área de intervenção corresponde à delimitação territorial anteriormente definida.

Esta entidade será responsável por implementar e manter operacional o sistema de gestão florestal. Deverá ainda promover e divulgar eficazmente a política florestal que vier a ser definida para a UGF.

3. Avaliação e monitorização de indicadores de GFS

A entidade regional deverá recolher e tratar a informação de base regional, tendo como fonte, nomeadamente, os Planos Regionais de Ordenamento Florestal, e proceder a uma recolha e inventariação dos dados em falta para resposta aos indicadores de Gestão Florestal Sustentável (GFS). Assim poderá efectuar uma análise cuidada de toda a informação reunida. Com a monitorização periódica destes indicadores poderá ser analisado o efeito da implementação do sistema na área florestal e na região.

4. Ferramentas documentais de base

A política da UGF, os seus objectivos e metas a atingir deverão ser definidos pela entidade regional e constarem de um documento base do SGFS que considere os objectivos individuais dos proprietários, o resultado da análise dos indicadores e dos aspectos relevantes, identificando as áreas funcionais para desenvolvimento. A política da UGF deverá ser implementada, mantida e comunicada a todos os agentes e público em geral.

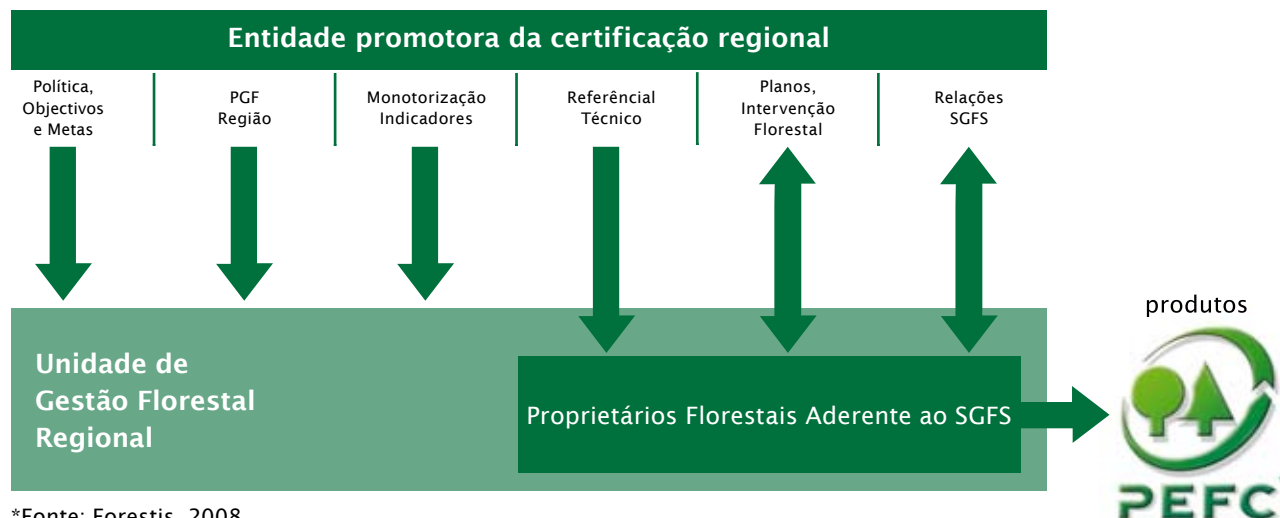
O Plano de Gestão Florestal (PGF) traduz as orientações, condicionantes e restrições aplicadas à UGF bem como o planeamento das acções e intervenções, a realizar pelos aderentes, previstas nos seus Planos de Intervenção Florestal (PIF).

Compete à entidade regional, a definição do referencial técnico (RT) que enquadre tecnicamente a operacionalização das acções previstas, funcionando este como um guião das boas práticas da gestão florestal.



ficha técnica

Sistema de Gestão Florestal Sustentável



*Fonte: Forestis, 2008.

5. Documentação do SGFS

A entidade regional deve identificar e elaborar os documentos necessários para o funcionamento, manutenção e revisão do SGFS numa perspectiva de melhoria contínua. Estes documentos serão utilizados e aplicados por todos os intervenientes no sistema e vão desde os de carácter mais geral, como os documentos de base e os documentos de apoio, aos de carácter mais específico como os documentos de registo e procedimentos de actuação.

6. Proprietários florestais: adesão ao SGFS

Os proprietários ou gestores florestais que pretendam certificar a gestão florestal das suas propriedades, poderão aderir ao SGFS, de forma voluntária. Assim, comprometem-se a cumprir os requisitos documentais e de actuação necessários e a apresentarem e cumprirem os PIF e o referencial técnico regional.

7. Certificação do SGFS

A certificação do sistema consiste na comprovação, por parte de uma entidade certificadora externa acreditada pelo PEFC, de que são cumpridos todos os requisitos da Norma Portuguesa para Sistemas de Gestão Florestal Sustentável, NP 4406. Os produtos florestais resultantes da exploração nas propriedades aderentes serão produtos certificados pelo sistema PEFC.

Após a venda destes produtos a sua certificação é mantida ao longo dos intermediários e da indústria transformadora através da certificação destes agentes que se designa por certificação da cadeia de responsabilidades. Assim é possível a manutenção do certificado e a rastreabilidade dos produtos desde o proprietário florestal até ao consumidor final.



* Fonte: Forestis, 2007.

Nome	Morada	Telefone
Afacc - Assoc. Fl. e Amb. do Concelho de Chaves	Avenida Tenente Valadim, Centro Comercial Valadim, Loja n.º6 5400-558 Chaves	276 326 702
Aflopínhal - Assoc. Fl. Pinhal	Rua João Cunha Marques, n.º14 - Lj D Apt. 74 3200-151 Lousã	239 991 563
AFRP - Assoc. Fl. de Ribeira de Pena	Casa da Torre - Cerva 4870 - 042 Ribeira de Pena	259 470 855
Agriarbol - Assoc. Agro Fl. T. Q. Transmontana	Av. Infante D. Henrique, Ed. Translande, 2.º s/12 - Apt 165 5340 - 219 Macedo de Cavaleiros	278 421 698
Aguiarfloresta - Assoc. Fl. e Amb. de Vila Pouca de Aguiar	Central de Camionagem, loja 4 5450 - 011 Vila Pouca de Aguiar	259 417 634
Apfam - Assoc. Prod. Fl. de Alvéolos e Muradal	Rua Campo de Futebol - Apt. 9 6160 - 300 Oleiros	272 682 380
Apfcán - Assoc. Prod. Fl. do Concelho de Alcobaça e Nazaré	Complexo de Serviços Públicos, Largo do Cruzeiro 2445 - 261 Pataias	244 580 961
Apflor - Assoc. Prod. e Prop. Fl. C. Pedrogão Gr.	Largo da Devesa 3270 - 101 Pedrogão Grande	236 488 837
Arborea - Assoc. Terra Fria Transmontana	Ed. da Casa do Povo, Largo do Toural 5320 - 311 Vinhais	273 770 070
Asflobar - Assoc. Prod. Fl. do Barroso	Rua General Humberto Delgado 5470 Montalegre	276 511 501
Assoc. Fl. de Entre Douro e Vouga	Av. das Escolas, n.º 1 - 1.º Dt. - Apt. 148 4544-909 Arouca	256 949 041
Assoc. Fl. do Baixo Vouga	Centro Coordenador de Transportes, Loja 7 3850 - 022 Albergaria-a-Velha	234 524 056
Assoc. Fl. do Cávado	Campo das Carvalheiras, 1 4700 - 419 Braga	253 218 713
Assoc. Fl. do Lima	Rua do Poço de Cabaços, Lt.1 - R/c - Feitosa 4990 - 344 Ponte de Lima	258 944 103
Assoc. Fl. do Vale do Douro Norte	Casa Florestal de Mascanho - Carvas 5090-077 Murça	259 518 430
Assoc. Fl. do Vale do Sousa	Largo da Devesa (Ed. Coop. Agrícola), Apt 84 4560-496 Penafiel	255 213 420
Assoc. Fl. Entre Douro e Tâmega	Rua António Araújo Valente, n.º 75 R/c - Tuíás 4630 236 Marco de Canaveses	255 523 556
Assoc. Fl. do Concelho de Góis	Rua Comandante Bebiano Baeta Neves, Edifício CGD - 2.º Dt. 3330 - 316 Góis	235 778 828
Assoc. Prod. Fl. do Vale do Minho	Av. da Estação - Ed. Chave d'Ouro - 2.º Dt. Tras 4950 - 456 Monção	251 654 096
Assoc. Silv. Vale do Ave	FJJE - R. Infante D. Infante, 307, Ed. Terraços do Infante, Bl. E 4785 - 185 Trofa	252 400 996
Capolib - Coop. Agric. de Boticas	Avenida do Eiró 5460-320 Boticas	276 418 170
Cedrus - Assoc. Prod. Fl. de Viseu	Rua do Arrabalde, n.º 25 3500 - 084 Viseu	232 432 559
Celflor - Assoc. Produtores Florestais	Av. Bombeiros Voluntários, n.º 20 6360 - 344 Celorico da Beira	271 747 450
Coop. Silvo-Agro-Pec. Vila Nova do Ceira	Largo da Igreja 3330-460 Vila Nova do Ceira	235 770 170
Portucalea - Assoc. Fl. do Grande Porto	Rua 5 de Outubro, n.º 134 - 1.º Esq. Tras 4420 - 086 Gondomar	224 631 866
Ribaflor - Assoc. Fl. Terras Ribadouro	Rua Macário de Castro, 40 - 1.º 5100-149 Lamego	254 619 440
Urze - Assoc. Fl. Encosta da Serra da Estrela	Rua Cidade da Guarda, Ed. Estação de Camionagem, R/c 6290 - 361 Gouveia	238 498 160
VerdeLafões - Assoc. Prod. Florestais	Centro Coordenador de Transportes 3670 - 254 Vouzela	232 772 018
Assoc. Prod. Fl. Concelho de Arganil	Av.ª José Augusto de Carvalho 3300 - 014 Arganil	235 208 257
Assoc. Cons. Dir. Baldios de Mondim de Basto	Vilar de Viando 4880- 212 Mondim de Basto	

AME O VERDE, AME A VIDA.

Ao cuidar da floresta, está
a proteger o património.